

Ivan de Oliveira Durães<sup>1</sup>

## **O pensamento de Agostinho de Hipona na controvérsia acerca do problema da vontade entre Calvino e Armínio**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo investigar até onde a doutrina de Agostinho de Hipona influenciou os reformadores Calvino e Armínio na construção de suas convicções a respeito do papel da vontade humana na relação dos seres humanos com o Sumo Bem. Para a condução da pesquisa foram utilizados os principais textos dos referidos pensadores. Ao final, demonstrou-se que Calvino adotou, em parte, os ensinamentos de Agostinho; ao passo que Armínio seguiu caminho diverso, criando convicção contrária, sem, contudo, atacar as conclusões agostinianas.

**Palavras-chave:** Agostinho, Problema da Vontade, Reforma, Calvino, Armínio.

**Abstract:** The aim of this paper is to comprehend how much Augustine of Hippo's doctrine influenced the reformers Calvin and Arminius in the construction of their convictions regarding the role of the human will in the relationship of human beings with the Supreme Good. I employed the most important texts of the abovementioned thinkers in my research. In the end, I demonstrated that Calvin took to, in part, the teachings of Augustine; while Arminius followed a different course, developing a contrary view, without, however, attacking the Augustinian conclusions.

**Keywords:** Augustine, Problem of the Will, Reform, Calvin, Arminius

### **Introdução**

Neste ensaio utilizamos os termos Calvino e Armínio, tanto para designar o pensamento dos dois reformadores, bem como para considerar o que se convencionou denominar calvinismo e arminianismo decorrentes de ideias centrais dos pensadores em destaque. A partir desta advertência inicial destacamos que o objetivo de nossa proposta investigativa foi apurar o quanto Agostinho de Hipona, na compreensão do papel da vontade humana na bem-aventurada relação com o Sumo

<sup>1</sup> Professor de Direito e de Filosofia. Doutor e mestre em Direito. Mestre em Ciências da Religião. e-mail: [ivanoliveira.prof@hotmail.com](mailto:ivanoliveira.prof@hotmail.com)

Bem, influenciou os mencionados autores que se apresentam como ícones da Reforma Protestante.

Para perseguir nossos interesses, num primeiro momento apresentamos as fundamentais variações no pensamento de Agostinho a respeito da vontade humana na economia da salvação. Nesta senda, destacamos os ensinamentos agostinianos em suas duas controvérsias doutrinárias, a saber: a labuta com os maniqueus e com os pelagianos. Enfatizou-se que, em cada conflito, Agostinho pendeu para um caminho. Ora para engrandecer a vontade humana, ora para minimizá-la.

Em outro momento, o presente artigo apresentou as posições doutrinárias de Calvino e Armínio a respeito da compreensão do papel da vontade humana em questões relativas às bem-aventuranças. Nesta senda, deu-se atenção às principais obras dos referidos pensadores reformados.

Ao final, na última quadra deste artigo, após o material reunido, reservou-se espaço para acentuar o quanto Agostinho influenciou Calvino e o quanto Armínio seguiu caminho divergente. Acreditamos que o presente ensaio mostra-se relevante para instigar os pesquisadores a avançarem nas pesquisas da influência de Agostinho na mult centenária controvérsia entre calvinistas e arminianos.

Neste período em que, parte da cristandade comemorou o advento dos quinhentos anos da Reforma Protestante, consignamos aqui nosso convite à leitura deste ensaio.

### **1. As duas faces da soteriologia agostiniana: do otimismo ao pessimismo exacerbado**

Agostinho foi um pensador que, ao longo de sua trajetória intelectual, sofreu mutações em seu pensamento. Deste modo, na análise de sua obra, um passo importante é saber identificar em qual período do acervo agostiniano o pesquisador está envolvido. Nesta trilha, para estabelecer um critério cronológico, após a sua ascensão ao bispado em Hipona (ou, ainda, em 417), Agostinho começa a mudar suas posições a respeito do livre-arbítrio da vontade e, como resultado, elaborou uma antropologia que espelha um intenso pessimismo decorrente do advento

da queda edênica. Assim, no tocante à sua compreensão da força humana para escolher o bem, muda radicalmente.

Na mudança da expectativa antropológica agostiniana, trabalharemos aqui com duas expressões, a saber: o ‘Jovem Agostinho’ em contraponto com o ‘Velho Agostinho’<sup>2-3</sup>. Para os propósitos deste artigo, apontam-se abaixo as duas versões de Agostinho a respeito da condição do livre-arbítrio da vontade, bem como a possibilidade/impossibilidade de o homem movimentar-se em direção ao Sumo Bem.

### 1.1 O *initium fidei*: a pujança da vontade no Jovem Agostinho

O Jovem Agostinho não poupou críticas ao maniqueísmo<sup>4</sup>. E, em relação a este sistema de pensamento, chega a dizer que foi seduzido por homens orgulhosamente extravagantes, carnais e loquazes que tão-somente o afastaram da verdade e o fizeram ouvir, segundo seu julgamento posterior, ficções brilhantes<sup>5</sup>.

Difícil imaginarmos a complexidade da obra de Agostinho sem a sua contenda com os maniqueus. Infelizmente, a integralidade destes textos maniqueístas não chegaram até nós, e deles temos apenas sombras nas citações de seus opositores<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> Estas expressões não são, em si, pejorativas. Mas, apenas procuram alinhar dois blocos de pensamento relacionados com Agostinho. Tem-se, portanto, o mesmo Agostinho com teses diferenciadas.

<sup>3</sup> Os textos mais significativos do Velho Agostinho que aqui nos interessam são: *De gestis Pelagii* (417); *De gratia Christi et de peccato originali* (418); *Contra Iulianum* (421); *Retractationes* (426/427); *De praedestinatione sanctorum* (428/429); e, ainda, *De dono perseverantiae* (428/429).

<sup>4</sup> A respeito, vide: COSTA, M. R. N., *O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho*, 2002.

<sup>5</sup> Agostinho, com o corriqueiro tom de pesar e repúdio pelos maniqueus, anota que «havia na sua boca laços do demônio e um engodo, preparado com mistura de sílabas do vosso nome, de Nosso Senhor Jesus Cristo e do Paráclito consolador, o Espírito Santo» (*Confessiones*, III, 6).

<sup>6</sup> Afirma, com razão, COSTA, M. R. N., *Maniqueísmo - história, filosofia e religião*, 2003, pp. 17-18, que «a documentação indireta, escrita pelos chamados heresiólogos, embora não traga os textos originais na íntegra, mas apenas fragmentos ou interpretações destes, muitas vezes preconceituosas ou distorcidas,

No auge de seu debate com os maniqueus, Agostinho afirma:

Se não fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá [dentre os maniqueus] nem aspirar a primeira das liberdades – a de poder buscar a verdade<sup>7</sup>.

Por meio da passagem acima, Agostinho sugere que ele primeiro desejou ardentemente encontrar a verdade e, posteriormente, obteve o auxílio divino. Com isso, caso consideremos a busca da verdade um processo com uma série de atos, a consequência é a seguinte: o primeiro passo na busca pela verdade decorre de um desejo humano e, após este desejo, abre-se espaço para o auxílio divino à conquista da primeira das liberdades, a saber: a verdade.

A conquista da verdade, em Agostinho, carrega uma conotação transcendental a partir da *epifania* do Verbo, de modo que, na sua concepção, a verdade é a fonte única da felicidade. Assim, sob a influência do preceito joanino<sup>8</sup>, a verdade é personificada no Cristo narrado pelos Evangelhos. Nesta perspectiva, assevera Agostinho: «eis no que consiste a nossa liberdade: estarmos submetidos a essa Verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado»<sup>9</sup>.

Para o Jovem Agostinho, a busca da verdade é inaugurada primeiramente pelo desejo humano e, depois, pelo auxílio divino. Nesta concepção, gestada no embate com os maniqueus, evidencia-se que a vontade humana não está tão inerte na ascensão em direção ao Sumo Bem. Mas, para que esse encontro se concretize é necessário o auxílio divino, sendo o primeiro passo (o *initium fidei*) manifesto pela vontade humana. Há, assim, uma porção de justiça no homem, não obstante a

foram as primeiras que chegaram até nós, e são de fundamental importância para a compreensão do maniqueísmo...».

<sup>7</sup> AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, trad. de OLIVEIRA, N. S., 1997, p. 28 (destaque nosso).

<sup>8</sup> Evangelho de João, capítulo 8.31,32.

<sup>9</sup>AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, cit., p. 121.

queda. Ocorrendo um ato de cooperação entre a vontade humana e a graça divina<sup>10</sup>.

Frise-se que no Jovem Agostinho, não há espaço para a negação da ação da graça divina. Atribuir este modo de pensar a Agostinho, seria um erro hermenêutico bastante cruel em detrimento do Hiponense. Ao contrário, o seu empenho é demonstrar que a vontade humana recebe cooperação da graça divina<sup>11</sup>, sem esta colaboração, o homem não alcançará o Sumo Bem. Entretanto, acentua: «o consentimento ou o dissentimento ao chamado de Deus, conforme já afirmei<sup>12</sup>, é obra da vontade própria»<sup>13</sup>. E, reiterou que: «depende de nossa vontade gozarmos ou sermos privados de tão grande e verdadeiro bem»<sup>14</sup>.

Em consequência, o Jovem Agostinho atribui grande destaque à vontade humana na dinâmica do chamado divino à bem-aventurança, sendo que, em última instância, a possibilidade de aceitação ou rejeição do convite à presença de Deus, é iniciativa da vontade.

Com efeito, o Jovem Agostinho numa condição que podemos identificar como semipelagiana, entende que o *initium fidei* está na conta de um impulso meramente humano, que se dá por meio da ação da vontade. Entendimento este retratado pelo Velho Agostinho<sup>15</sup>. Ponto este que será objeto de exposição no item seguinte.

<sup>10</sup> AGOSTINHO, Santo, *O espírito e a letra*, trad. de BELMONTE, A., 1998, p. 24. Vale destacar que este pequeno tratado foi escrito nos idos de 412. Ou seja, é de autoria do Jovem Agostinho.

<sup>11</sup> *Idem, Ibid.*, p. 53.

<sup>12</sup> Em momento anterior, afirmou Agostinho que a atuação divina «pode se dar ou exteriormente por meio de exortações evangélicas, com alguma influência dos preceitos da lei, se levam o homem à consciência de sua fragilidade e a se refugiar pela fé na graça que justifica, ou interiormente, onde ninguém pode provocar nenhum pensamento, mas é iniciativa da vontade consentir ou dissentir» (*Idem, Ibid.*, p. 91).

<sup>13</sup> *Idem, Ibid.*, p. 91.

<sup>14</sup> *Idem, O livre-arbítrio*, cit., p. 56.

<sup>15</sup> Cfr. AGOSTINHO, *A predestinação dos santos*, trad. BELMONTE, A., 1999a, p. 155.

## 1.2 A vontade submissa no Velho Agostinho

Nos últimos anos de sua vida, o Velho Agostinho passa a formular um conceito antropológico totalmente pessimista, em que sustenta que a vontade humana está inapta para iniciar qualquer tipo de aproximação com o Sumo Bem. Nesta fase, ele encontrava-se em confronto com Pelágio que, diferentemente dos maniqueus, era otimista quanto à vontade humana.

Na história do pensamento ocidental, Pelágio é lembrado como uma espécie de heresiarca-mor. Entretanto, nem sempre foi assim, pois as suas ideias foram inicialmente aceites por parte da cristandade<sup>16</sup>, sobretudo em decorrência de sua característica ascética e moralista. Mas, aos poucos, os seus ensinamentos passam a entrar em choque com o capital intelectual de seu tempo, sendo Agostinho o seu principal opositor.

Agostinho dedicou grande espaço de seus últimos anos de vida para refutar Pelágio, bem como todos aqueles simpáticos a qualquer espécie de antropologia otimista. Na carta número 195, endereçada aos monges do mosteiro de Hadrumeto, lembra que se empenhou no combate ao «veneno da herança pelagiana»<sup>17</sup>.

A base antropológica de Pelágio é que a natureza humana é intacta, e boa por natureza, sendo o homem, portador de méritos próprios, e o condutor de seu destino, recebendo para tanto o livre-arbítrio<sup>18</sup>. Esse entendimento arregimentou muitos seguidores, tanto que foi necessária a discussão das teses pelagianas no Concílio de Éfeso de 431. No referido espaço conciliar, apresentou-se duas teses para serem julgadas, quais sejam:

A tese defendida pelo Velho Agostinho: toda a humanidade, herdeira do pecado original cometido no evento edênico, está visceralmente decaída e, por conseguinte, não tem forças para fazer o bem, por estar inclinada para o mal. Para esta corrente de pensamento, o livre-arbítrio

<sup>16</sup> As ideias de Pelágio agitaram e influenciaram pessoas na Bretanha, em partes da Europa (em especial, Roma) e no Norte da África (DURANT, W., *História da civilização: idade da fé*, trad. CARVALHO, L. C., SILVEIRA, B. e YAMASHIRO, J., 1957, Tomo I, p. 69).

<sup>17</sup> AGOSTINHO, Santo, *Epístola 195*, trad. BELMONTE, A., 1999b, p. 17.

<sup>18</sup> VALERO, J. B., *Las bases antropológicas de Pelágio en su Tratado de Las Exposiciones* 1980, p. 362.

está totalmente corrompido pela queda, não havendo méritos humanos para a escolha do bem.

A tese defendida por Pelágio: o pecado original não retirou a capacidade humana de fazer o bem, sendo que não há nenhuma inclinação maléfica irresistível que vicia as atitudes da pessoa que, por seu livre-arbítrio, poderá escolher entre o bem ou o mal por seus próprios méritos. Em suma, para esta linha, o livre-arbítrio permaneceu ileso após a queda.

Os agostinianos ganharam o embate em Éfeso<sup>19</sup>, mas sem alcançar unanimidade, pois «nem a Igreja Ocidental, nem a Oriental, aceitaram plenamente as ideias de Agostinho»<sup>20</sup>. A citada vitória, não pôs fim ao debate. Assim, em outra oportunidade, Agostinho reitera que Deus «mantém sob o seu poder todas as vontades em geral. Ele as inclina como quer e quando quer»<sup>21</sup>. Esta mesma perspectiva, Agostinho reitera ao asseverar que «Deus atua nos corações humanos para dispor de suas vontades conforme ele quiser»<sup>22</sup>.

Em outro de seus últimos escritos, negando a posição em escritos anteriores, o Velho Agostinho sedimenta que «...tanto para começar como para perseverar, a graça de Deus é concessão não acordo com nossos merecimentos, mas é uma dádiva conforme a sua oculta, justa e misericordiosa vontade»<sup>23</sup>. Neste conjunto de afirmações, Agostinho nega que o *initium fidei* decorrente da vontade humana, como outrora sustentou o Jovem Agostinho.

Na convicção acima firmada, Agostinho argumenta que não é mais a vontade humana que promove a aproximação com o Sumo Bem, mas a vontade divina. Sendo que, em outro momento, Agostinho lança as bases para o que, na Reforma, foi denominado de graça irresistível. Nesta senda, afirma: «com efeito, esta graça, conferida ocultamente aos corações humanos pela divina liberalidade, não é recusada por nenhum

<sup>19</sup> O mesmo não ocorreu no Sínodo de Dióspolis, em que os bispos de Jerusalém optaram pela compreensão de que não havia conteúdo herético nas teses de Pelágio.

<sup>20</sup> CAIRNS, E. E., *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*, trad. de AZEVEDO, I. B. de, 1995, p. 111.

<sup>21</sup> AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, trad. de BELMONTE, A., 1999b, p. 67 (destaque nosso).

<sup>22</sup> *Idem, Ibid.*, p. 72.

<sup>23</sup> *Idem, O dom da perseverança*, trad. BELMONTE, A., 1999c, p. 245.

coração por mais endurecido que seja»<sup>24</sup>. Ou seja, tem-se aqui a manifestação da graça que não pode ser objeto de recusa por parte da vontade humana. Para fortalecer seus argumentos contra o pelagianismo, o Velho Agostinho sepulta o que outrora fora defendido pelo Jovem Agostinho.

## 2. O problema da vontade no calvinismo e no arminianismo

Recentemente, em 31/10/2017, completaram-se os 500 anos da Reforma Protestante, quando Martinho Lutero, diz a tradição, pregou na Catedral de Wittenberg as suas 95 teses de oposição ao regime religioso representado pelo papado.

Com o favorecimento da atmosfera criada pelos reformadores de primeira geração<sup>25</sup>, João Calvino destacou-se com a criação de um sistema teológico que ganhou simpatia em parte significativa dos cristãos reformados. Os seus seguidores são chamados de calvinistas e, ainda hoje, alcançam lugar de destaque no campo religioso ocidental.

O calvinismo não gozou de hegemonia absoluta, embora tenha obtido predominância nas décadas que sobrevieram à Reforma. As mais significativas contraposições às ideias de Calvino foram elaboradas pelo reformador holandês Jacó Armínio<sup>26</sup>. Não há apenas uma versão do calvinismo ou do arminianismo, pois tais sistemas, com o tempo, passaram a apresentar dissidências internas. No entanto, destacamos que um dos pontos centrais da discórdia entre os simpatizantes de Calvino e de Armínio, diz respeito à compreensão do papel da vontade humana na aproximação ou no afastamento de Deus.

Entendem os calvinistas que a vontade humana, em decorrência da queda, encontra-se em condição totalmente passiva diante da atuação de

<sup>24</sup> *Idem, Ibid.*, cit., p. 167 (destaque nosso).

<sup>25</sup> Por reformadores de primeira geração destaquem-se: Martinho Lutero, Filipe Melâncton, Huldreich Zwinglio, Thomas Münzer e Balthasar Hubmaier.

<sup>26</sup> Entre 1618 a 1619, ocorreu na Holanda o denominado Sínodo de Dort, com o objetivo de repudiar as teorias de Jacó Armínio a respeito da condição da salvação. Ao final do referido sínodo, as teses de Armínio restaram condenadas. Uma vitória significativa dos calvinistas no antigo embate com os arminianos.

Deus<sup>27</sup>. O agir divino, segundo entendem, manifesta-se por meio da graça irresistível (também denominada de *vocação eficaz*) em que não há possibilidade de vontade contrária. Afirmam que o morto não tem vontade hábil para escolher ou recusar o bem<sup>28</sup>.

Após o manejo de várias passagens bíblicas, afirma Calvino que «...está suficientemente claro que Deus, por seu desígnio secreto escolhe livremente àqueles a quem quer, rejeitando a outros...»<sup>29</sup>. Em outra passagem, em sua definição de predestinação, Calvino exclui a vontade humana, na escolha que Deus fez dos bem-aventurados<sup>30</sup>.

Nas palavras de Calvino, a redenção humana não passa pela análise da vontade, pois a condição do indivíduo já está predeterminada antes mesmo do seu nascimento. Portanto, a vontade é um elemento de somenos importância na economia da salvação no sistema calvinista, pois a graça apresenta-se irresistível à pessoa humana imersa na reiterada prática do mal.

Em oposição ao calvinismo, Jacó Arminio reserva espaço para a vontade humana, sendo este fato uma declarada esquina de discórdias entre os dois sistemas. No arminianismo, a pessoa não fica em condição de absoluta passividade diante da oferta de salvação da alma, pois Deus restaura o livre-arbítrio capacitando-o para a escolha do bem. Esta ação divina, que restaura o livre-arbítrio para que ele esteja apto a aceitar a proposta de salvação, é denominada *graça preveniente*. E, por outro lado,

<sup>27</sup> Vide, o item 3, do capítulo 9, da *Confissão de Fé de Westminster*.

<sup>28</sup> Na *Confissão de Fé de Westminster*, quanto a vocação eficaz, tem-se que: «todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça» (destaque nosso). Primeira Igreja Presbiteriana de Goiânia. *Confissão de Fé de Westminster*, cit. (online).

<sup>29</sup> CALVINO, J., *As institutas*, ed., trad. de LUIZ, W. C., 2006, vol. III, p. 391.

<sup>30</sup> *Idem, Ibid.*, p. 388.

o livre-arbítrio restaurado pela dádiva da graça *preveniente*, denominamos livre-arbítrio libertário<sup>31</sup>.

O livre-arbítrio libertário abre espaço para suscitar a compreensão de que a graça divina é resistível, sendo que a negação do convite de usufruir de bens maiores é também realizada por meio da vontade humana, por meio de uma decisão consciente. A capacitação para o *aceite* do convite divino se dá por conta da atuação ativa da graça *preveniente*<sup>32</sup>.

Para Armínio, a graça tem um papel preponderante na economia da salvação, pois ele atribui à graça o começo, o meio e o fim da consumação de todo o bem<sup>33</sup>. Assim, o *initium fidei* é obra da graça divina e não da vontade. Entende Armínio, diferentemente de Calvino, que a graça é resistível, pois destaca expressamente: «muitas pessoas resistem ao Espírito Santo e rejeitam a graça que é oferecida»<sup>34</sup>. Deste modo, o ato de resistir a graça divina manifesta-se por meio da vontade humana.

Para os arminianos, a graça *preveniente* restaura o livre-arbítrio para a prática do arrependimento e da fé, em direção ao Sumo Bem. É esta graça que prepara, de modo resistível, a vontade humana em direção a Deus. Diante da atuação desta graça, a pessoa humana tem a sua vontade capacitada para, de modo consciente, fazer a sua escolha, sendo ela resistível<sup>35</sup>.

Com a noção de graça *preveniente*, Jacó Armínio evidencia que é Deus quem vai em direção à pessoa humana, e assim o faz em amor transbordante<sup>36</sup>. Com esta ideia, tem-se a reiteração da premissa de que a

<sup>31</sup> OLIVEIRA, I., *Livre-arbítrio libertário*, 2017.

<sup>32</sup> Na definição de Wiley, a graça *preveniente* é compreendida como aquela que «prepara a alma para a entrada no estágio inicial da salvação. É a graça preparatória do Espírito Santo exercida no homem abandonado em pecado. No que se refere à culpa, pode ser considerada misericórdia; em relação à impotência, é o poder que capacita. Pode ser definida, portanto, como a manifestação da influência divina que precede a plena vida regenerada» (WILEY, H. O., *Christian theology*, 1941, vol. II., p. 346).

<sup>33</sup> ARMÍNIO, J., *Apologia contra trinta e um artigos difamatórios e Declaração de sentimentos*”, trad. de RIBAS, D., 2015, vol. I, p. 232.

<sup>34</sup> *Idem*, *Ibid.*, p. 232.

<sup>35</sup> PICIRILLI, R., *Grace, faith, free will: contrasting views of salvation - Calvinism and arminianism*, 2002, p. 154.

<sup>36</sup> *Vide*: ARMÍNIO, cit., vol. I, p. 231.

queda provocou efeitos deletérios ao livre-arbítrio, ficando a humanidade dependente da graça divina para dirigir-se a Deus<sup>37</sup>.

No sistema arminiano, o papel da graça preventiva é o de «colocar o homem em uma posição na qual ele pode dizer *sim* ou *não*»<sup>38</sup> ao convite de regeneração ofertado pela divindade. Nesta linha de raciocínio, a vontade humana não é, portanto, dobrada pela divindade.

Pelo exposto, na perspectiva arminiana, há de se observar que o *initium fidei* não decorre da vontade humana, mas da vontade divina. Este é um ponto muito relevante para a doutrina de Jacó Armínio, na medida em que o reformador holandês defendia que a vontade humana, sem a manifestação da graça divina, está inabilitada para dirigir-se ao Sumo Bem.

### **3. O pensamento agostiniano na compreensão do papel da vontade humana nas soteriologias calvinistas e arminianas**

Reservamos este item para perquirir a intensidade do pensamento de Agostinho na compreensão da condição da vontade humana nas soteriologias decorrentes de Calvino e de Armínio, *in verbis*.

#### **3.1. O Velho Agostinho na construção do papel da vontade no calvinismo**

Nos escritos derradeiros de Agostinho, sobretudo nos textos *A Predestinação dos Santos* e o *Dom da Perseverança*, a vontade humana não mais exerce preponderância, tal qual ocorria nos seus primeiros enfrentamentos com os maniqueus. Nos referidos textos tardios, a vontade humana é dobrada pela ação divina para que, nesta condição passiva, os desígnios de Deus sejam cumpridos na vida de cada indivíduo. Neste sentido, como vimos, não há mais nos últimos escritos de Agostinho um defensor voraz do livre-arbítrio da vontade. Foi esta percepção agostiniana que influenciou Calvino e os pensadores afinados com suas convicções.

<sup>37</sup> No mesmo sentido, WESLEY, J., «A salvação pela fé», trad. REILY, D. A. (com a colaboração de AZEVEDO, I. B. de), 1994, p. 45 e WITT, W. G., «Creation, redemption and grace», 1993, p. 329.

<sup>38</sup> WITT, «Creation, redemption...», cit., p. 329.

Relativamente à vontade humana, a afirmação de que Calvino segue o ensinamento de Agostinho evidencia-se nas seguintes palavras presentes em *As Institutas*: «por isso repete-se muitas vezes a sentença de Agostinho: aqueles que defendem o livre-arbítrio colocam-no mais por terra do que o confirmam»<sup>39</sup>. Enfatiza, ainda, o Reformador de Genebra que o livre-arbítrio era uma realidade presente apenas nos primeiros pais, sendo que somente a Adão «a escolha do bem e do mal lhe era possível»<sup>40</sup>.

O pensamento de Calvino, a respeito da passividade da vontade, e inexistência do livre-arbítrio, segue a perspectiva do Velho Agostinho que, como vimos, não economizou palavras ao afirmar que Deus «mantém sob o seu poder todas as vontades em geral. Ele as inclina como quer e quando quer, seja para prestar favores a uns, seja para infligir castigos a outros, de acordo com sua vontade, obedecendo a desígnios que são certamente ocultos, mas sempre justos»<sup>41</sup>. Calvino afirma que a pessoa humana, após a queda, anda tateando na escuridão<sup>42</sup> e, com isso, desconsidera a ação da vontade humana para o bem.

Encontram-se em *As Institutas*, obra magna de Calvino, mais de quatrocentas citações diretas de Agostinho. Consoante este fato, afirma Dave Hunt que «não há dúvidas quanto ao importante papel desempenhado por Agostinho na moldagem do pensamento, da teologia e das ações de Calvino»<sup>43</sup>.

Os ensinamentos de Calvino a respeito da predestinação e eleição para a vida eterna<sup>44</sup>, que ocorrem no contexto da vontade passiva, estão centrados na doutrina agostiniana tardia, sobretudo a que se encontra presente em *A Predestinação dos Santos*<sup>45</sup> e *O Dom da Perseverança*<sup>46</sup>. Particularmente, ao discorrer sobre a eleição divina dos bem-

<sup>39</sup> CALVINO, J., *Institución de la religión cristiana*, trad. VALERA, C. de, 1968, vol. I, p. 172.

<sup>40</sup> *Idem*, *As institutas*, cit., vol. I, p. 290.

<sup>41</sup> AGOSTINHO, *A graça e liberdade*, cit., p. 67.

<sup>42</sup> CALVINO, *Institución de la...*, cit., vol. I, p. 183.

<sup>43</sup> HUNT, D., *Que amor é este? A falsa representação de Deus no calvinismo*, Trad. ROCHA, C. dos S. e SILVA, W. S., 2015, p. 75.

<sup>44</sup> *Vida eterna* – expressão máxima da bem-aventurança para os cristãos.

<sup>45</sup> *Verbi gratia*: CALVINO, *As institutas*, cit., vol. III, p. 403 e 426.

<sup>46</sup> *Verbi gratia*: *Idem*, *Ibid.*, p. 420, 422 a 424,

aventurados, num modo em que a vontade humana é desconsiderada, em endosso total ao pensamento do Velho Agostinho, afirma Calvino que os escritos de Agostinho a respeito da predestinação são notáveis não sendo necessário utilizar palavras além das escritas pelo Bispo de Hipona<sup>47</sup>.

De fato, o Velho Agostinho influenciou a construção da ideia de vontade humana inerte no calvinismo. Neste sentido, vale fixar afirmação peremptória de Calvino: «tudo isso tomei fielmente de Agostinho. Mas, visto ser bem provável que suas palavras sejam de mais autoridade que as minhas, então que se evidenciem os próprios termos que nele se leem...»<sup>48</sup>. Na sequência, Calvino faz uma longa citação de texto presente no capítulo XIV, do tratado *O Dom da Perseverança*, chegando a acentuar ao leitor: «se tua mente se sente perturbada, não te acanhes em abraçar o conselho de Agostinho...»<sup>49</sup>.

Como vimos, Calvino recebe declarada influência do Velho Agostinho na construção de suas convicções de que a vontade humana é desconsiderada por Deus no acolhimento dos predestinados às eternas bem-aventuranças. Este fato é bastante curioso na medida em que Calvino, apesar de muito questionador na construção de suas doutrinas, sequer procura investigar (ou até mesmo questionar) a mudança de postura do Velho Agostinho em relação ao escritor da juventude. Ao que parece, Calvino não estava interessado em questionar Agostinho, mas apenas esforçou-se em demonstrar que ele caminhava de acordo com os escritos do Bispo de Hipona, e isto lhe bastou, dado o prestígio que Agostinho gozava entre os pensadores de seu tempo, fossem eles católicos, protestantes ou meramente estadistas.

### **3.2 A vontade restaurada pela graça: a rejeição da doutrina agostiniana por Armínio**

Diante da afirmação de que Armínio rejeitou a doutrina agostiniana sobre a condição da vontade na economia da salvação, vale recordar dois pontos importantes a respeito do itinerário agostiniano.

<sup>47</sup> *Idem, Ibid.*, p. 403.

<sup>48</sup> *Idem, Ibid.*, p. 422.

<sup>49</sup> *Idem, Ibid.*, p. 414.

Ponto 1: o Jovem Agostinho sustentou que a vontade humana coopera com a graça divina, sendo que *oinitium fidei* é creditado ao impulso meramente humano, pautado no desejo de se alcançar a bem-aventurança. Neste particular, Agostinho aproxima-se do que se convencionou denominar de semipelagianismo (também chamado de semiagostinianismo)<sup>50</sup>.

Ponto 2: o Velho Agostinho, em suas últimas obras, reconsidera a posição anteriormente expressa<sup>51</sup>. E, em contrapartida, passa a sustentar que a vontade humana é dobrada pela atuação da vontade divina<sup>52</sup>. Sendo ela, portanto, desconsiderada em decorrência dos efeitos da queda protagoniza pelo primeiro casal.

Na prática do arminianismo popular, muito praticado no Brasil, Armínio acolheu o pensamento do Jovem Agostinho. Esta afirmação é demonstrada na dinâmica eclesial de arminianos que entendem que quem dá o primeiro passo em direção às bem-aventuranças é a pessoa humana e, assim o faz, por meio da manifestação da vontade (algo presente na expressão popular: “dê o primeiro passo para Deus, e Ele virá em seu auxílio”). Esta posição, entretanto, não foi defendida por Armínio em nenhum de seus escritos. Neste sentido, Armínio não seguiu a doutrina articulada pelo Jovem Agostinho, pois entendia que a vontade humana não está habilitada para o *.initium fidei* em decorrência dos efeitos da queda edênica.

Por outro lado, no que diz respeito à compreensão do papel da vontade na economia da salvação, Armínio não acolheu os ensinamentos do Velho Agostinho, tal qual fizeram Calvino e os calvinistas subsequentes. Expliquemos.

<sup>50</sup> «Para os *semipelagianos* o pecado original foi transmitido à raça humana, sendo ele um evento crítico que alcança toda a criatura. (...) Nessa linha de raciocínio, a graça divina vem em auxílio da vontade livre somente após a decisão humana, independente e suficiente, de aproximar-se de Deus e da prática do bem. Para o *semipelagianismo*, o livre-arbítrio é suficiente para guiar a vontade humana em direção a Deus e a redenção, pois ele não se quedou totalmente corrompido como evento edênico. Esta doutrina ganhou significativo espaço na França e também em espaços eclesiásticos que pretendiam preservar o livre-arbítrio e, por conseguinte, a responsabilidade humana na salvação» (OLIVEIRA, *Livre-arbítrio libertário*, cit., pp. 48-49).

<sup>51</sup> Cfr. AGOSTINHO, *A predestinação dos santos*, cit., p. 155.

<sup>52</sup> *Idem*, *A graça e a liberdade*, cit., p. 67.

Jacó Armínio rejeitou a proposta articulada pelo Jovem Agostinho. Ao contrário: o reformador holandês defendeu uma antropologia intensamente pessimista. Neste sentido, afirma Armínio que «a mente de um homem carnal e natural é obscura e sombria, que seus afetos são corruptos e desordenados, que sua vontade é obstinada e desobediente, e que o próprio homem está morto em pecados»<sup>53</sup>. Os arminianos, afinados com os escritos de Armínio, rejeitam a posição do Jovem Agostinho que sustentava que a *initium fidei* era obra da vontade humana.

Os Remonstrantes<sup>54</sup>, na condição de primeiros seguidores de Armínio, quanto à graça divina, asseveraram que é ela «o começo, a continuidade e a consumação de todo o bem [...] portanto, todas as boas obras ou ações que podem ser concebidas devem ser atribuídos à graça de Deus em Cristo»<sup>55</sup>.

Assim, de acordo com a posição dos Remonstrantes, o *initium fidei* não tem origem na vontade humana, mas em Deus, por meio do que os arminianos denominam graça *preveniente*. Para Armínio, com muita cautela, poderíamos até falar em cooperação, desde que com este termo seja compreendido que a graça divina sustenta o livre-arbítrio<sup>56</sup> no encontro e na perseverança do bem, mas retirando da vontade humana qualquer impulso inicial ou preponderante ao alcance das bem-aventuranças.

De igual modo, Armínio também rejeita a posição doutrinária do Velho Agostinho, por entender que Deus considera a vontade humana na economia da salvação. Nesta linha, Deus, pelo conhecimento prévio, sabe quem crerá e quem não crerá<sup>57</sup>. O livre-arbítrio, para os arminianos, é restaurado pela graça *preveniente*, podendo a pessoa humana aceitá-la ou resisti-la. Deus permite que o indivíduo arrependa-se e creia<sup>58</sup>. Na concepção arminiana é a graça que «inicia a salvação, promovendo-a,

<sup>53</sup> ARMÍNIO, J., *Carta endereçada a Hipólito A. Collibus*, 2015, vol. II, p. 406.

<sup>54</sup> Nome atribuído aos primeiros seguidores de Armínio nos países baixos. Em decorrência da morte de Armínio em 19/10/1609, foram os Remonstrantes que apresentaram a defesa das teorias arminianas no Sínodo de Dort.

<sup>55</sup> VANCE, L. M., «A Remonstrância (Os Cinco Artigos)», *O outro lado do calvinismo*, trad. CASTRO, D. S., 2017, p. 638.

<sup>56</sup> ARMÍNIO, *Declaração de Sentimentos*, cit., vol. I, p. 232.

<sup>57</sup> *Idem, Ibid.*, p. 227.

<sup>58</sup> *Idem, Ibid.*, p. 231.

aperfeiçoando-a e consumando-a»<sup>59</sup>, mas para tanto, Deus, no eterno passado, leva em conta a reação futura da vontade humana que, após a sua restauração pela graça *preveniente*, poderá escolher pelas bem-aventuranças.

Pelo exposto, consigne-se que os arminianos, atentos aos ensinamentos de Jacó Armínio, rejeitam tanto o Jovem Agostinho quanto o Velho Agostinho na construção da compreensão do papel da vontade na aproximação das criaturas humanas a Deus e as bem-aventuranças.

### Conclusão

Os estudos a respeito da influência de Agostinho avançaram, com o decorrer dos anos. No entanto, ainda é preciso prosseguir, pois há nichos inexplorados. Neste artigo demonstrou-se que Calvino foi influenciado pelos escritos derradeiros de Agostinho, não tendo ocorrido o mesmo com Armínio, haja vista que a construção doutrinária do reformador holandês, a respeito da vontade humana, coloca-a em uma condição distante dos escritos agostinianos.

Calvino, com apoio no Velho Agostinho, ensina que a vontade humana não é considerada por Deus na seleção de criaturas para o gozo da bem-aventurança da salvação. Sendo que, em sentido contrário, Armínio desconsidera as convicções agostinianas a respeito da vontade, construindo posicionamento próprio no sentido de que a vontade humana é restaurada pela graça *preveniente*, garantindo-se, por meio da infusão dessa dádiva, a possibilidade de o indivíduo aproximar-se do Sumo Bem.

Em suma, Agostinho e Calvino caminham de mãos dadas no que diz respeito a compreensão do papel da vontade na relação da pessoa humana com o Sumo Bem. Sendo que Armínio, sem atacar Agostinho, segue em caminho diverso, o que é digno de nota, sobretudo numa época em que os postulados do Hiponense encontravam proeminência e adeptos.

São estas nossas reflexões a respeito do papel da vontade neste momento em que, recentemente, os protestantes comemoraram os quinhentos anos da Reforma

<sup>59</sup> ARMÍNIO, *Carta Endereçada a...*, cit., vol, II, p. 406.

## **Bibliografia**

AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, trad. de OLIVEIRA, N. de A., Paulus, São Paulo 1997.

\_\_\_\_\_, *O espírito e a letra*, trad. de BELMONTE, A., Paulus, São Paulo 1998.

\_\_\_\_\_, *A predestinação dos santos*, trad. de BELMONTE, A., Paulus, São Paulo 1999a.

\_\_\_\_\_, *A graça e a liberdade*, trad. de BELMONTE, A., Paulus, São Paulo 1999b.

\_\_\_\_\_, *O dom da perseverança*, trad. de BELMONTE, A., Paulus, São Paulo 1999c.

\_\_\_\_\_, *Epístola 195*, in AGOSTINHO, *A graça e a liberdade*, trad. de BELMONTE, A., Paulus, São Paulo 1999b.

ARMÍNIO, JACÓ, *Apologia contra trinta e um artigos difamatórios e Declaração de sentimentos*, in *Obras de Armínio*, trad. de RIBAS, D., volume I, CPAD, São Paulo 2015.

\_\_\_\_\_, *Carta endereçada a Hipólito A. Collibus* in *Obras de Armínio*, trad. de RIBAS, D., volume II, CPAD, São Paulo 2015.

\_\_\_\_\_, *Um exame do tratado de William Perkins* in *Obras de Armínio*, trad. de RIBAS, D., Parte II, volume III, CPAD, São Paulo 2015.

CAIRNS, E. E, *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*, trad. de AZEVEDO, I., B. de, Vida Nova, São Paulo 1995.

CALVINO, JOÃO, *As institutas*, e ed., trad. de LUIZ, W. C., volumes I, II, III, Cultura Cristã, São Paulo 2006.

\_\_\_\_\_, *Institución de la religión cristiana*, trad. de VALERA, C. de, volume I, Fundación Editorial de Literatura Reformada, Rijswijk 1968.

COSTA, M. R. N., *O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho*, Edipucrs, Porto Alegre/Unicap, Recife 2002.

\_\_\_\_\_, *Maniqueísmo - história, filosofia e religião*, Vozes, Petrópolis 2003.

DURANT, W., *História da civilização: idade da fé*, trad. de CARVALHO, L. C. de; SILVEIRA, B.; YAMASHIRO, J., Cia., Tomo I, Editora Nacional, São Paulo 1957.

HUNT, D., *Que amor é este? a falsa representação de Deus no calvinismo*, trad. SANTOS, C. R. de; SILVA, W. S., Reflexão, São Paulo 2015.

OLIVEIRA, I. de, *Livre-arbítrio libertário*, Reflexão, São Paulo 2017.

PICIRILLI, R., *Grace, faith, free will: contrasting views of salvation - Calvinism and Arminianism*. Randall House Publications, Nashville 2002.

VALERO, J. B., *Las bases antropológicas de Pelágio en su Tratado de Las Exposiciones*, UPCM, Madrid 1980.

VANCE, L. M., *O outro lado do calvinismo*, trad. de CASTRO, D. S., Reflexão, São Paulo 2017.

WESLEY, J., «A salvação pela fé» in *Sermões*, trad. de REILY, D. A., com a colaboração de AZEVEDO, I. B. de, Imprensa Metodista, São Paulo 1994.

WILEY, H. Orton, *Christian theology*, volume II, Beacon Hill, Kansas City 1941.

WITT, W. G., «Creation, redemption and grace» in *The theology of Jacobus Arminius*, University of Notre Dame, Indiana 1993 (Tese de Doutorado).